

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

FPN E SOCIEDADE CIVIL: O CASO DO MOVIMENTO NACIONALISTA FEMININO (1963-1964)

GUILHERME LEITE RIBEIRO
Doutorando em História Social (UFRJ)
guilhermeribeirohist@gmail.com

Resumo: Nascido em 1963, o Movimento Nacionalista Feminino (MNF) conjugou bandeiras atinentes aos direitos políticos das mulheres com a defesa do nacionalismo, entendido, sobretudo, como a luta pelas reformas de base. O MNF era formado, majoritariamente, por esposas de deputados da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), bloco suprapartidário formado em 1956 e composto por políticos de diferentes legendas em torno de pautas como o monopólio estatal do petróleo e o controle da remessa de lucros. O objetivo deste trabalho é investigar o Movimento Nacionalista Feminino dentro do curto período em que esteve presente na política nacional, dado que, com o golpe de 1964, o grupo desapareceria. A hipótese levantada é a de que o MNF foi uma resposta à nova estratégia da FPN adotada a partir de 1963, que consistia em um estreitamento ainda maior das relações da frente parlamentar com a sociedade civil, principalmente no que concerne à mobilização pelas reformas de base. Acreditamos que a existência e a atuação do MNF são inseparáveis desse contexto.

Palavras-chave: Movimento Nacionalista Feminino; Frente Parlamentar Nacionalista; Nacionalismo.

Introdução

Os anos 1960 conheceram uma série de siglas que materializaram a grande polarização da época. Fossem de esquerda ou de direita, esses grupos defendiam, não raras vezes, as mesmas pautas do bloco ideológico ao qual se alinhavam, com uma ou outra diferença. Dentre eles estava o Movimento Nacionalista Feminino (MNF), nascido em 1963 com uma proposta pouco experimentada até então: conjugar bandeiras atinentes aos direitos políticos das mulheres com a defesa do nacionalismo, entendido, sobretudo, como a luta pelas reformas de base.

O MNF era formado, majoritariamente, por esposas de deputados da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). Este foi um grupo importante na política nacional, haja vista que chegou a reunir mais de uma centena de parlamentares dos mais diferentes partidos, defendendo pautas como a do monopólio estatal do petróleo e a das reformas de base. Em junho de 1963, as mulheres desses políticos se lançaram no espaço público por meio do MNF, apoiando várias das lutas empreendidas pela FPN.

O objetivo do trabalho é investigar a atuação do MNF no curto período em que esteve presente na política nacional, dado que, com o golpe de 1964, o movimento

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

desapareceria. A hipótese levantada é a de que o grupo foi uma resposta à nova estratégia da FPN adotada em 1963, que consistia em um estreitamento ainda maior das relações da frente parlamentar com a sociedade civil, principalmente no que concerne à mobilização pelas reformas de base. Acreditamos que a existência e a atuação do MNF são inseparáveis desse contexto.

O estudo se justifica pela quase ausência de trabalhos publicados sobre o Movimento Nacionalista Feminino, o que provavelmente decorreu do seu curto tempo na ativa.¹ Pesquisá-lo, todavia, propicia um entendimento maior sobre a presença das mulheres na política brasileira, especialmente em um tempo de escassez de direitos, além de oferecer um quadro mais amplo sobre o complexo fenômeno do nacionalismo que tomou conta do Brasil naquela época.

Começamos, justamente, pela abordagem do nacionalismo e dos diversos grupos brasileiros que adotaram essa ideologia na década de 1950. É claro que, nessa parte, um destaque especial é dado à Frente Parlamentar Nacionalista, que veio à tona em 1956. Na segunda seção, resgatamos, a partir de breves considerações, a experiência das mulheres na política até então. Por fim, chegamos ao item mais importante, que procura investigar a atuação do MNF entre 1963 e 1964, analisando seus principais objetivos, mapeando as suas reuniões e outros encontros com grupos congêneres, e destacando, ainda, a sua conexão com a FPN. Esperamos conseguir trazer luz a mais um grupo que procurou contagiar o espaço público de conteúdos nacionalistas, estruturantes no período estudado.

O movimento nacionalista brasileiro dos anos 1950 e a FPN

O nacionalismo é tudo, ao mesmo tempo que pode não ser nada. Levando em consideração a plasticidade do fenômeno, precisamos deixar claro ao que estamos nos referindo quando falamos em movimento nacionalista brasileiro. O dos anos 1950, por exemplo, pode ser entendido, majoritariamente, por três vieses: o da luta contra a dependência estrangeira, o da defesa pelo monopólio estatal do petróleo, e o do desenvolvimentismo.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, ficou ainda mais patente a dependência do Brasil quanto aos recursos americanos para fechar a sua balança de pagamentos. Além

¹ Recentemente, Cestari (2021) publicou o primeiro artigo acadêmico sobre o grupo, único até agora.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

disso, era notória a preponderância da presença dos Estados Unidos no Brasil por meio de investimentos robustos (CAPUTO & MELO, 2009). Esses fatores contribuíram para um crescente sentimento antiamericano dentro do Brasil por parte de amplas camadas sociais, traduzindo-o pelo adjetivo “anti-imperialista”, comum na retórica de muitos grupos nascidos na década de 1950.

Também o petróleo foi um fator que não pode ser menosprezado na explicação do *boom* nacionalista por que passou o Brasil naquela época (DOMINGOS, 2009). Desde o início dos anos 1950, o país viveu uma forte campanha popular consubstanciada no lema “O Petróleo é Nosso”, que desejava impedir a exploração estrangeira do recurso mineral, e que levou à criação da Petrobras, em 1953. Ali, o nacionalismo se tornou um fenômeno de massas (MOREIRA, 1998), como poucas vezes visto.

O terceiro motivo que explica a ascensão de grupos que se autodefiniam como nacionalistas nos anos 1950 foi a ideologia do desenvolvimento. O conceito ganhou fôlego a partir dos estudos empreendidos pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em 1949, que defendia o Estado como orientador das políticas econômicas dos países da América Latina, visando a superação do estado de subdesenvolvimento (OLIVEIRA, 2015), entendido como sinônimo de atraso industrial. Para Ricardo Bielschowsky (2000, p.401), o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) representou o “auge” do desenvolvimentismo.

Por tudo isso, muitos foram os grupos que passaram a se fazer presentes na política brasileira do período. Podemos citar o Grupo de Itatiaia, o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), a Frente Nacionalista Brasileira (FNB), o Movimento Nacionalista Brasileiro (MNB), a Liga Nacionalista Brasileira (LNB) e, claro, a FPN.² Com bandeiras quase sempre idênticas, essas organizações contribuíram para colocar o nacionalismo como “elemento definidor da vida política do Brasil para o período” (DOMINGOS, 2009, p. 300).

Como o objetivo deste trabalho é o de investigar a atuação do MNF, que só seria criado em 1963, é mister tecer algumas considerações sobre a Frente Parlamentar Nacionalista. O grupo, que era informal, por não estar previsto na Constituição de 1946

² Um apanhado mais completo dessas organizações nascidas nos anos 1950 pode ser vista em Sousa, 1993.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

e nem no Regimento Interno da Câmara, teve um número flutuante de deputados ao longo de sua existência. No entanto, sabe-se que o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi a legenda da maior parte dos filiados à FPN (DELGADO, 1994; RIBEIRO, 2017).

Para Lucília Delgado (1994, p.63), o principal objetivo da FPN era “lutar pela implementação de políticas públicas nacional reformistas”. Na prática, isso significava, entre outras medidas, abraçar a tese do monopólio estatal do petróleo e defender uma legislação que controlasse a remessa de lucros (DELGADO, 2007).

A frente parlamentar possuía duas instâncias de comando: a Comissão Executiva e o Conselho Coordenador, este criado em 1963 (RIBEIRO, 2017). Com reuniões regulares, produção frequente de boletins no periódico *O Semanário* e uma sala para despachar no Congresso Nacional, a FPN foi um ator importante no Legislativo. Em trabalho anterior, mostramos que ela orientava votos nas matérias de seu interesse, além de se fazer presente nas comissões legislativas (RIBEIRO, 2017). Não é exagerada, portanto, a afirmação do cientista político Glaucio Soares (1973, p.206), que a classificou como um “divisor de águas no seio da Câmara Federal”.

Em entrevista ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), Sérgio Magalhães (PTB-GB), principal liderança da FPN, revelou um aspecto que explica a centralidade do grupo na época. Segundo o ex-deputado, alguns eleitos no sufrágio de 1958 o procuraram para saber como poderiam se integrar ao bloco. Segundo Magalhães, isso acontecia, pois, a frente parlamentar lhes traria “prestígio”.³

Para este trabalho, interessa-nos, em particular, o contato que a FPN procurou estabelecer com grupos da sociedade civil. De acordo com Lucília Delgado (1994, p.67), maior estudiosa da frente parlamentar, o grupo suprapartidário atuava como “porta-voz” de várias daquelas organizações, citando nominalmente a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e as Ligas Camponesas. Além disso, a historiadora e cientista política lembra que o período em que isso se deu com maior força foi nos anos 1960, marcado pelo estreitamento das relações entre a FPN e os

³ MAGALHÃES, Sérgio. Sérgio Magalhães (depoimento, 1978). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC-História Oral, 1983, p.2-3.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

movimentos sociais (DELGADO, 1994). Lembramos que foi justamente nesta década que surgiu o Movimento Nacionalista Feminino.

Portanto, vê-se que, embora criada no âmbito parlamentar, a FPN não restringiu a sua atuação a esse *locus*. O bloco procurou também ser ativo na sociedade civil. Dentre os vários grupos com quem se articulou, encontrava-se o MNF, uma das raras experiências organizadas por mulheres até então. Por isso mesmo, antes de tratarmos do grupo de forma mais específica – e de sua relação com a FPN –, buscaremos analisar, no próximo tópico, a experiência brasileira com mulheres na política.

Mulheres na política: a experiência brasileira

Como já era de se esperar, a primeira metade do século XX foi marcada pela escassez da presença feminina nos espaços políticos. Essa parca presença era causada, sobretudo, pela exclusão de diversos direitos que impediam o acesso da mulher a essas instâncias de poder – o que não aconteceu apenas no Brasil –, e que foi motivado por muitos fatores. Entretanto, algumas exceções chamaram atenção, principalmente por abrirem caminhos para uma crescente reivindicação de pautas que trouxeram conquistas para as mulheres.

Desde o final do século XIX, já havia indícios de uma movimentação feminina – ainda que minoritária – em torno do direito ao voto, tanto no Brasil quanto em outros países do mundo (AVELAR, 2001). Naquela época, as vozes que requeriam o sufrágio partiam muito mais de iniciativas isoladas do que de grupos constituídos (PINTO, 2003). A primeira tentativa orgânica, no Brasil, de agrupar as mulheres em torno de direitos como o do voto aconteceu com a fundação do Partido Republicano Feminino, em 1910. Segundo Célia Pinto (2003, p.18), “era significativa a estratégia das mulheres não detentoras de direitos políticos de criar um partido e, dessa forma, se colocarem em uma arena onde suas manifestações eram consideradas ilegítimas por não serem cidadãs dotadas de direitos”.

No entanto, é quase unanimidade a bibliografia colocar a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), de 1922, como vanguardista no processo de lutas pelas pautas atinentes aos direitos políticos da mulher (AVELAR, 2001; ARAÚJO, 2003; PINTO, 2003). A FBPF, “maior expressão do feminismo da época” (PINTO, 2003, p. 21), chegou a organizar um Congresso Internacional Feminista, no Rio de Janeiro, no

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mesmo ano de seu nascimento (ARAÚJO, 2003). Seu principal objetivo foi a conquista do voto feminino (PINTO, 2003), que só se tornou realidade dez anos após a fundação do grupo, quando passou a ser previsto no Código Eleitoral de 1932. Antes disso, vale mencionar que houve uma tentativa frustrada de estabelecimento do voto pelas mulheres ainda em 1919, por meio de um projeto de lei do senador Justo Chermont (ARAÚJO, 2003, p.136). É importante frisar também que, antes mesmo da regra se tornar federal, em 1932, o estado do Rio Grande do Norte foi pioneiro, quando permitiu a possibilidade do sufrágio pelas mulheres em 1927 (ARAÚJO, 2003, p.137).

No período anterior à República de 1946, houve ainda a fundação da União Feminina do Brasil, em 1935. O grupo, ligado à Aliança Nacional Libertadora (ANL) – responsável pela chamada “Intentona Comunista” –, durou poucos meses, atuando apenas entre maio e julho daquele ano. Seja como for, a organização defendeu pautas que, mais tarde, seriam retomadas pelo movimento feminista, como a defesa da mulher no mercado de trabalho e a igualdade econômica com os homens (ABREU, 2001).

Depois disso, com a implantação da ditadura do Estado Novo, em 1937, os grupos organizados por mulheres diminuíram sobremaneira, voltando novamente a terem força apenas algumas décadas depois. Mas, afinal, quais seriam os motivos que explicariam tamanha exclusão das mulheres na política? Lucia Avelar (2001) sugere algumas respostas: para ela, fatores como a atribuição de papéis sociais conforme os gêneros, os ciclos do casamento e da maternidade, a qualidade da democracia em cada país e a religiosidade são alguns dos motivos que poderiam justificar essa ausência de direitos. Mesmo assim, em meio a tantas dificuldades, algumas personagens questionaram a exclusão e se impuseram no jogo político, apesar dos entraves.

Uma delas foi Edna Lott, que, muitos anos antes do aparecimento do MNF, já tentava conciliar a defesa do nacionalismo com a pauta das mulheres, o que ela fez ao ser uma das líderes da campanha presidencial de seu pai, Henrique Teixeira Lott, em 1960 (COSTA, 2019). Ao mesmo tempo, Edna Lott passou a integrar a Comissão Executiva do Movimento Nacionalista Brasileiro (COSTA, 2019), tornando-se uma referência para outras mulheres nacionalistas.

Mas não foram só as personagens consideradas progressistas que lutaram por mais espaço na política. O Brasil conheceu, nos anos que antecederam o golpe de 1964,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

diversos grupos fortes e organizados por mulheres, que tiveram um papel importante na ruptura democrática por que passou o país. Em São Paulo, por exemplo, foi criada, em 1962, a União Cívica Feminina, uma representante da direita católica que fazia oposição a João Goulart. Essa organização se uniria, mais tarde, à Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), grupo congênere nascido na Guanabara, que se dizia anticomunista, e que foi um dos responsáveis pelas famosas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, junto à própria União Cívica Feminina (ABREU, 2001a). A força desse movimento conservador foi tão grande que, nos anos 1970, inspiraria parte da direita feminina chilena a lutar pela derrubada de Salvador Allende, o que, de fato, aconteceu em 1973 (POWER, 2014).

Portanto, não se pode considerar o movimento feminino da primeira parte do século XX como unidirecional. Ele passou por diversas etapas, entre avanços e retrocessos de direitos. Em 1963, aparecia em cena o MNF, com a proposta de unir as pautas da maior presença das mulheres na política com a defesa intransigente do nacionalismo, entendido, sobretudo, como a luta pela aprovação das reformas de base. Mesmo com pouco tempo de duração, o grupo fez barulho, razão pela qual passamos a analisá-lo a partir de agora.

O Movimento Nacionalista Feminino e a luta pelas reformas de base

Em um auditório lotado, dentro da Escola Parque de Brasília, no dia 5 de junho de 1963, foi anunciada a instalação do Movimento Nacionalista Feminino. Integrado por esposas de parlamentares filiados à FPN, o grupo recebeu o apoio, naquele dia, de centenas de universitárias, das mulheres de militares, das representantes femininas de sindicatos e das donas de casa.⁴ Desde aquele momento, ficaria claro, pela leitura dos documentos divulgados pelo MNF e pelos discursos proferidos por suas militantes, qual era a prioridade da nova instituição: reformas de base.

Um dos depoimentos mais aclamados na ocasião do lançamento do MNF – e que deixou evidente a posição do grupo –, foi o de uma dona de casa chamada Cecília Rabbatini de Almeida. Muito aplaudido pelos presentes, o discurso não escondia o objetivo principal do novo grupo e, por isso, parte da fala merece ser reproduzida:

⁴ Jornal *O Semanário*, Ano VIII, n.337, p.1.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Vão dizer amanhã que lugar de mulher é na cozinha. Pois bem, os deputados que aqui não vieram [...] têm uma maneira simples de nos devolver aos lares onde tantos afazeres nos solicitam: votem as reformas e melhorem a vida do povo.⁵

Embora não haja uma lista com os nomes de todas as componentes do grupo, *O Semanário* divulgou algumas personagens recorrentes nos encontros do MNF. Podemos citar as esposas dos parlamentares Fernando Santana (PSD-BA), Gilca Santana; Temperani Pereira (PTB-RS), Alda de Sousa Pereira; e Adão Pereira Nunes (PSP-RJ), Alaíde Pereira Nunes. O jornal *Última Hora* falou ainda de Eliane Saturnino Braga e Arima da Costa Santos, respectivamente, esposas de Saturnino Braga (PSB-RJ) e Max da Costa Santos (PSB-GB).⁶ Lembramos ainda a presença de uma deputada membro da FPN: Ivette Vargas (PTB-SP).⁷ Mas as duas mulheres que mais se destacaram foram Jurema Brochado da Rocha – esposa do ex-primeiro ministro brasileiro, Francisco Brochado da Rocha –, eleita presidente de honra do MNF, e Neusa Brizola – companheira do deputado federal Leonel Brizola (PTB-GB) –, principal líder do grupo.

Apesar de seu curto período de atuação, é digna de nota a saída de uma das integrantes do grupo, pouco tempo depois da fundação do MNF. O jornal *Tribuna da Imprensa* noticiou que René Silveira, esposa do governador do Rio de Janeiro, Badger da Silveira, pediu a sua saída do grupo alegando “falta de tempo” para se dedicar àquelas atividades.⁸ Ela era a presidente de honra da seção do MNF do estado.⁹ Não encontramos outro registro de desligamento e, por isso, acreditamos que o ato se tratou de algo isolado, motivado por questões pessoais.

Além da pauta prioritária atinente à defesa das reformas de base, a entidade feminina se envolveu em outras lutas. Uma delas – que se tornou frequente nos discursos das integrantes – foi a inserção das mulheres na política. No próprio dia que foi instalado o MNF, um dos seus nomes mais combativos, Gilca Santana, reforçou a importância da entrada das mulheres nos espaços políticos como uma das demandas centrais a que se propunha o grupo.¹⁰ Aliás, antes mesmo de ser inaugurada, a organização divulgou um

⁵ Idem, Ano VIII, n.337, p.2.

⁶ *Última Hora*, Ano XIII, n.1242, p.8

⁷ *O Semanário*, op.cit., Ano VIII, n.337, p.2.

⁸ *Tribuna da Imprensa*, Ano XIV, n.3169, p.3.

⁹ *Última...*, op.cit., Ano XIII, n.1242, p.8.

¹⁰ *O Semanário*, op.cit., Ano VIII, n.337, p.7.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

comunicado, em abril de 1963, no qual convocava todas as mulheres à “luta pela libertação econômica de nossa pátria”.¹¹

Muitas foram as formas de atuação do MNF. Uma delas, visível desde os primeiros dias de funcionamento do grupo, diz respeito ao diálogo constante com outros agentes políticos. Além de vários encontros com líderes da FPN, a organização buscou contato direto com o próprio presidente da República, o que foi registrado pela imprensa um dia após a sessão de instalação do MNF. Àquela altura, a pauta levada até João Goulart foi a da soltura do Padre Alípio de Freitas, preso sob a justificativa de subversão da ordem.¹² O *Tribuna da Imprensa* informou que também foram discutidas naquela reunião as reformas de base e o alto custo de vida.¹³

O MNF também participou de diversos comícios, em parceria com outros grupos. Em dezembro de 1963, no Sindicato dos Rodoviários, reuniram-se entidades como o CGT, a UNE, o ISEB e o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), junto ao próprio MNF – ali representado por Neusa Brizola. O objetivo era defender a anistia para os sargentos que se revoltaram após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que impedia os militares de exercerem cargos para os quais haviam sido eleitos em 1962. Na ocasião, a líder do grupo foi escolhida como uma das oradoras e, no final, elaborou-se um manifesto dirigido a João Goulart assinado pelas entidades presentes, cujo teor não foi encontrado nas fontes consultadas.¹⁴

Outro assunto que mereceu a atenção do MNF foi o estado de sítio proposto por João Goulart, motivado após declarações em que o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, “insultou freneticamente Goulart, pediu a interferência do governo dos Estados Unidos no processo político brasileiro e ainda afirmou que as Forças Armadas dariam um golpe de Estado” (FERREIRA, 2013, p.7). Criticada por esquerdas e por direitas, a proposta mobilizou o MNF, que enviou representantes para um comício em Niterói, e, junto aos deputados da FPN, além de militantes de outras organizações civis, protestaram contra a medida, que, afinal, não vingou.¹⁵

¹¹ Idem, Ano VIII, n.338, p.7.

¹² Idem, Ano VIII, n.337, p.1.

¹³ *Tribuna...*, op.cit., Ano XIV, n.3066, p.2.

¹⁴ *O Semanário...*, op.cit., Ano VIII, n.364, p.7.

¹⁵ *Última...*, op.cit., Ano XIII, n.4172, p.2.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Além de se fazer presente nesses comícios – a convite de entidades que defendiam bandeiras congêneres às suas –, o MNF também organizou, ele próprio, diversos eventos. Um deles foi o curso “Introdução aos Problemas Brasileiros”, em que a organização feminina convidara os membros do ISEB para ministrarem os estudos, ocorridos na Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Ao final da etapa, as alunas foram diplomadas,¹⁶ o que revela a preocupação do MNF de possibilitar uma capacitação intelectual das mulheres, em um tempo no qual ainda era minoritário seu acesso à educação formal.

Um dado interessante que encontramos ao empreender esta pesquisa diz respeito às seções regionais do grupo. O jornal *Última Hora* revelou que o MNF do Rio Grande do Sul foi responsável por diversas palestras ocorridas naquele estado, embora não entrasse em detalhes sobre os temas que teriam sido tratados.¹⁷ Outro órgão da imprensa revelou que a seção gaúcha promoveu também alguns cursos, mas, novamente, sem especificar quais seriam eles.¹⁸ Já no estado de São Paulo, obtivemos uma informação interessante, oriunda de um documento presente no Arquivo Nacional.¹⁹ Nele, consta que a seção paulista do MNF se reunia todas as quartas-feiras para discutir os temas de interesse da organização. Ademais, o grupo teria passado a ser constituído por outras duas entidades: a Frente Única Feminina e a Frente Feminina Pró-Elegibilidade dos Sargentos. É provável que esses grupos não fossem expressivos, mas é sintomática a tentativa de ampliar o MNF de São Paulo.

A seção regional mais destacada do grupo se encontrava no Rio de Janeiro. O jornal *Última Hora* dedicou diversas páginas para falar das ações organizadas pelo MNF do estado. Certa vez, uma comissão feminina se dirigiu até a Assembleia Legislativa da Guanabara para protestar contra as seguidas arbitrariedades do governador Carlos Lacerda. Na ocasião, encontraram-se com deputados da Frente Parlamentar Nacionalista da Guanabara (FPNG), tendo recebido a promessa de que o protesto seria “oficializado”.²⁰ Ademais, repetindo o comportamento do MNF nacional, a seção do Rio de Janeiro

¹⁶ Idem, Ano XIII, n. 4243, p. 3.

¹⁷ Idem, Ano XIII, n. 4210, p.4.

¹⁸ *Jornal do Brasil*, Ano LXXIII, n. 293, p.25.

¹⁹ Fundo Brasil Urgente. BR RJANRIOF5, Arquivo Nacional.

²⁰ *Última...*, op.cit., Ano XIII, n.1247, p.2.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

organizou várias palestras, como as que ocorreram em outubro de 1963 –,²¹ embora não tenhamos a informação de quem foi convidado para ser orador. Em outro momento, o grupo publicizou uma nota na qual pedia que a CPI criada para investigar o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), acusado de financiar, ilegalmente, candidatos nas eleições de 1962, fosse estendida para o estado do Rio de Janeiro, onde também haveria irregularidades.²² É possível que todas essas atividades tenham ligação com o papel da já citada René Silveira dentro do grupo, na condição de sua presidente de honra. Embora ela tenha saído em outubro de 1963, as menções que encontramos ao MNF do Rio de Janeiro aconteceram até essa data, o que indica a possível influência de Silveira na organização, pois, afinal de contas, ela era a primeira-dama daquele estado.

Depois de mapearmos as diferentes formas de atuação do MNF e de apresentarmos as seções locais em que o grupo se destacou, passamos, agora, para a hipótese principal do trabalho. Acreditamos que a origem e a atuação da entidade feminina tenham se dado em consequência da nova postura assumida pela Frente Parlamentar Nacionalista a partir de 1963, pelas razões que elencamos a seguir.

Em primeiro lugar, não se deve perder de vista que o MNF era formado, majoritariamente, por esposas de deputados da FPN. Assim, não seria ilógico pensar em uma ação coordenada entre os dois grupos. Ademais, estamos tratando de um bloco suprapartidário que, desde o início, buscou se fazer presente na sociedade civil, o que ocorreu com muito mais força na legislatura iniciada em 1963.

Em um documento oficial da FPN datado de 4 de janeiro de 1959, havia uma norma a respeito da posição do grupo diante dos movimentos sociais. Aprovou-se a recomendação de que a frente parlamentar deveria ter “contatos mais estreitos com todos os agrupamentos nacionalistas do país”.²³ Após as eleições de 1962, o grupo informou a criação do Conselho Coordenador, que se juntaria à Comissão Executiva, instância que fazia parte da direção do bloco desde o início.²⁴ O novo Conselho seria responsável pela “projeção nacional do trabalho da Frente, através das Assembleias, Câmaras de Vereadores e em órgãos associados”.²⁵ Pouco tempo depois, Neiva Moreira (PSP-MA),

²¹ Idem, Ano XIII, n.1266, p.3.

²² Idem, Ano XIII, n. 1295, p.3.

²³ *O Semanário*, op.cit., Ano IV, n.157, p.20.

²⁴ Idem, Ano VIII, n.321, p.2.

²⁵ Ibidem.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

secretário-geral da FPN, sem entrar em detalhes, revelou a união de forças entre a organização parlamentar e outros grupos da sociedade civil, no sentido da mobilização em favor da reforma agrária.²⁶

Com essas resoluções, ficava clara a posição da Frente Parlamentar Nacionalista de estreitar laços com movimentos sociais, não limitando a sua atuação à Câmara dos Deputados. Articularam-se, então, principalmente a partir de 1963, mobilizações capitaneadas pelo bloco suprapartidário, como o Congresso do Povo Brasileiro pelas Reformas²⁷ e a Campanha Nacional pelas Reformas de Base.²⁸ É diante desse contexto que surgiu o Movimento Nacionalista Feminino.

Durante os poucos meses de sua atuação, o MNF mostrou o grande vínculo que existia entre ele e a FPN. Nos eventos promovidos pela organização feminina, era comum haver convites para que os deputados da FPN se apresentassem. Em uma palestra organizada pela seção gaúcha do MNF, o conferencista escolhido foi Max da Costa Santos (PSB-GB), nome de destaque do bloco suprapartidário e que era de outro estado.²⁹ Já no curso promovido pelo MNF nacional – e que foi ministrado pelo ISEB –, quem proferiu a aula inaugural foi ninguém menos que o deputado Leonel Brizola (PTB-GB).³⁰ Para a cerimônia de diplomação do curso, o convite oficial, publicado pela entidade no periódico *Última Hora*, trazia, em letras garrafais, o anúncio de que estariam presentes os deputados da Frente Parlamentar Nacionalista,³¹ como se esse fosse o maior destaque.

Não faltaram também ocasiões em que os dirigentes dos dois grupos se reuniram para discutir algum ponto em comum. Uma delas ocorreu no final de 1963, quando a Frente de Mobilização Popular (FMP), organização criada no ano anterior por Leonel Brizola (PTB-GB) para unir as esquerdas em torno da pauta das reformas, estava planejando um comício. Para ajudar nos preparativos, a FPN e o MNF enviaram uma comissão com representantes das duas organizações para ir até o Palácio do Ingá, residência oficial do governo do estado do Rio de Janeiro, objetivando conseguir o apoio

²⁶ Idem, Ano VIII, n.326, p.2.

²⁷ Idem, Ano VIII, n.338, p.7.

²⁸ Idem, Ano VIII, n.333, p.8.

²⁹ *Última...*, op.cit., Ano XIII, n.4210, p.4.

³⁰ Idem, Ano XIII, n.4226, p.3.

³¹ Idem, Ano XIII, n.4243, p.3.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

e a participação de Badger da Silveira, então governador.³² Outra reunião em conjunto ocorreu no dia do golpe militar, em 31 de março de 1964. A pauta, mais uma vez, girava em torno da organização de um comício em prol das reformas de base. Desse encontro, participaram também alguns dirigentes sindicais e líderes da FMP.³³ A articulação entre os membros da FPN e do MNF era, portanto, evidente.

Além de todos esses fatores que mostram a proximidade entre os dois grupos, falta ainda sublinhar o que representava, para essa relação, a presença de Jurema Brochado da Rocha e de Neusa Brizola nos principais postos de comando do MNF. Como vimos, enquanto a primeira era a presidente de honra do grupo, a segunda era a sua principal líder. Isso é sintomático para a hipótese, pois ambas as personagens eram ligadas a um dos nomes mais fortes do nacionalismo naqueles tempos, que fora eleito vice-presidente da FPN em 1963 (MAGALHÃES, 1964, p.158): Leonel Brizola (PTB-GB). Enquanto Neusa era esposa de Brizola, Jurema era a viúva de Brochado da Rocha, nome indissociável ao do ex-governador do Rio Grande do Sul. Almino Affonso (1988, p.65), em livro de memórias, recorda que, antes de ser eleito primeiro-ministro no parlamentarismo brasileiro, em 1962, Francisco Brochado da Rocha era muito desconhecido, mas sabia-se que possuía “vínculos profundos com o governador Leonel Brizola”.

Uma amostra de que o MNF parecia gravitar em torno de Leonel Brizola pode ser vista em um documento encontrado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) no escritório do petebista, após o golpe. No dia, os agentes da repressão se depararam com diversos selos, que teriam o objetivo de “angariar fundos para o Movimento Nacionalista Feminino”.³⁴ A descoberta não deixa dúvidas de que havia uma forte ligação entre Brizola e o MNF.

Entretanto, apesar de todas as evidências que atestam a hipótese de que o MNF sofreu grande influência da FPN, tanto na sua origem quanto na sua atuação, não se deve perder de vista o poder de agência daquelas mulheres. Recentemente foi publicado um artigo, escrito por Larissa Cestari (2021), que buscou investigar a organização feminina. A autora propõe a ideia de que o MNF teria sido uma reação das mulheres de esquerda

³² Idem, Ano XIII, n.1278, p.3.

³³ Idem, Ano XIII, n.1424, p.3.

³⁴ *Jornal do Brasil*, op.cit., Ano LXXIV, n.84, p.1.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

aos grupos conservadores femininos que haviam surgido na época, como o Camde e a União Cívica Feminina. Sua hipótese parece viável, pois Neusa Brizola chegou a convocar uma reunião entre o MNF e a Liga Feminina da Guanabara, que visava responder ao ato das Marchas pela Família com Deus pela Liberdade, embora a ideia não tivesse vingado (GOMES & FERREIRA, 2014, p.305).

Acreditamos que o argumento não esteja em oposição à hipótese que defendemos, pois, se por um lado a formação do MNF era um corolário da nova postura assumida pela FPN, por outro, as mulheres nacionalistas aproveitaram essa oportunidade para reivindicar o seu lugar na política institucional, contrastando com as forças femininas conservadoras. É claro que não se pode dizer que a FPN controlou o MNF ou mesmo que este tenha sido tutelado por aquela. Ainda assim, segundo as evidências que trouxemos, é provável que o seu surgimento tenha sido parte de uma política mais ampla da FPN, com quem o MNF manteria contatos estreitos até o fim.

Conclusão

A demanda pela maior presença feminina em espaços políticos, no mundo contemporâneo, tem sido acompanhada de um amplo interesse acadêmico sobre as iniciativas de mulheres nesse campo ao longo da história. O nosso objetivo foi estudar uma dessas propostas inovadoras: o Movimento Nacionalista Feminino, cuja atuação esteve localizada dentro do ambiente polarizado dos anos 1960.

O MNF poderia ser mais um grupo efêmero que nasceu com a insígnia de lutar pela aprovação das reformas de base, tema principal das esquerdas naquela década. Contudo, o maior destaque era a sua própria formação, haja vista que pouco se conhecia um grupo nesse formato: mulheres que se diziam nacionalistas contrapondo-se às ideias tidas como conservadoras.

Mesmo que a sua atuação tenha durado menos de um ano, já que foi interrompida pelo golpe de 1964, vimos que ela não foi uma experiência vazia. O MNF foi bastante ativo no curto tempo em que esteve presente na política nacional, reunindo-se com entidades afins, promovendo cursos e palestras, e participando de ações orquestradas por grupos com bandeiras congêneres. Além disso, constatamos a força de algumas de suas regionais, destacando-se o grupo que se encontrava no Rio de Janeiro.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Formada por esposas de parlamentares da forte Frente Parlamentar Nacionalista, a atuação do MNF não pode ser vista sem que a sua relação com a FPN seja abordada. Por isso mesmo, defendemos a hipótese de que a organização feminina esteve imersa em um contexto no qual o grupo suprapartidário buscou novas formas de se fazer presente na sociedade civil, sendo o MNF parte dessa nova proposta, embora com agenda própria – como se viu pela ênfase à participação das mulheres na política.

Além de abraçar diversas pautas que estavam na ordem do dia e de servir como reação às ascendentes forças conservadoras organizadas por mulheres, o MNF jamais escondeu a sua forte ligação com a FPN. Por fim, de acordo com as evidências que apresentamos ao longo deste trabalho, o Movimento Nacionalista Feminino representou mais um importante espaço de sensibilização para as reformas de base na sociedade civil, conclamando as mulheres para participarem dessa luta central nos anos 1960.

FONTES

- Arquivo Nacional:

Fundo Brasil Urgente. BR RJANRIOF5.

- Entrevistas:

Sérgio Magalhães (CPDOC-FGV).

- Jornais:

Jornal do Brasil. Acervo disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

O Semanário. Acervo disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Tribuna da Imprensa. Acervo disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Última Hora. Acervo disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

BIBLIOGRAFIA

ABREU, A. A. et al (Orgs.). Verbete “União Feminina do Brasil”. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

_____. Verbete “União Cívica Feminina”. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001a.

AFFONSO, Almino. *Raízes do golpe: da crise da legalidade ao parlamentarismo*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. *Estudos Avançados*, vol.17, nº 49, São Paulo, 2003.

AVELAR, L. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: UNESP, Fundação Konrad Adenauer, 2001.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro – o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- CAPUTO, A. C.; MELO, Hildete Pereira de. A industrialização brasileira nos anos 1950: uma análise da Instrução 113 da SUMOC. *Estudos Econômicos* (USP. Impresso), v. 39, p. 513-538, 2009.
- CESTARI, L. R.. Esquerda, volver: o Movimento Nacionalista Feminino (1963-1964). *Temporalidades*, v. 13, p. 625-649, 2021.
- COSTA, Felipe Varzea Lott de Moraes. Edna Lott, entre a democracia e a ditadura: 10 anos de luta política. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 2019.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. *Revista Brasileira de História*. São Paulo/ANPUH, v.14, n.27, p.61-71, 1994. _____ . Nacionalismo como projeto de nação: A Frente Parlamentar Nacionalista. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Orgs.). *As Esquerdas no Brasil. Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)*. Vol. 2. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.
- DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. O Nacionalismo na experiência democrática brasileira (1951-1964): um conceito em transformação. *Anos 90* (UFRGS. Impresso), v. 16, p. 293-313, 2009.
- FERREIRA, Jorge. O Partido Comunista Brasileiro e o governo Goulart. In: *XXVII Simpósio Nacional de História*, 2013.
- GOMES, Angela Maria de Castro; FERREIRA, Jorge; *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- MAGALHÃES, Sérgio. *Prática da emancipação nacional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, SP, v. 18, n.35, p. 329-360, 1988.
- OLIVEIRA, Felipe Alves de. *Em busca da revolução: a trajetória do movimento nacionalista no Brasil (1956-1964)*. Dissertação de mestrado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, 2015.
- PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- POWER, Margareth. Conexões transnacionais entre as mulheres de direita Brasil, Chile e Estados Unidos. *Varia Historia* [online]. v.30, n.52, pp.67-83, 2014.
- RIBEIRO, Guilherme L.. *Radicalização e crise: o protagonismo das frentes parlamentares no governo João Goulart (1961-1964)*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.
- SOARES, G.A.D. *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

SOUSA, Antônio Cícero Cassiano. *Nacionalismo: ideologia e política no Brasil (1953-1964)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.